



António Raimundo Gestor em empresas financeiras e seguradoras em Portugal, Espanha, Brasil e França. Doutorando em Relações Internacionais.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL JOGA COM OS DADOS

19 setembro 2026

O papel do discernimento humano num contexto de desenvolvimento rápido da IA dependerá não só de como os algoritmos se autoconstruírem e evoluírem, mas igualmente da forma como os humanos mantiverem e reconstruírem a literacia formal e cognitiva, garantindo também que as suas aplicações estão alinhadas com princípios éticos e o bem comum.

O título deste artigo inspira-se numa frase atribuída a Albert Einstein (1879-1955), que terá dito “Deus não joga aos dados com o Universo”¹ no contexto de uma discussão científica com Neils Bohr (1885-1962) sobre o indeterminismo da física quântica, na medida em que Einstein defendia que o universo apresentava leis determinísticas sem dependerem do acaso.

O que sabemos hoje, tanto quanto o conhecimento e a ciência nos ajudam, é que o Universo apresenta uma natureza probabilística, teorizada no princípio da incerteza de Werner Heisenberg (1901-1976) e que levou, mais tarde, Stephen Hawking (1942-2018) a afirmar “Deus não só joga dados, como os joga onde não pode ser visto” no contexto da sua investigação sobre buracos negros, na medida em que os buracos negros não são possíveis de observar de forma direta, uma vez em que não emitem nem absorvem luz. De facto, o conhecimento atual apenas permite concluir que no Universo, como sistema complexo, coexistem ordem e indeterminação, quer estejamos a falar a nível quântico, a nível epistémico, a nível cosmológico ou a nível computacional. Indeterminação que significa, do ponto de vista científico, incapacidade para determinar todos os parâmetros do mundo subatômico em simultâneo, mas no mundo físico, não existe indeterminismo, unicamente aleatoriedade.

Não temos a certeza de que a referência de Einstein a Deus seja de natureza religiosa, mas entendemos que o sentido da sua frase se encontra alinhado com o entendimento científico da coexistência entre ordem e criatividade – Stuart Kauffman chama-lhe “*edge of chaos*”. Esta lógica de entendimento, decorrente da visão bíblica da criação do Mundo alinha-se com a parábola de uma criação determinística que Einstein parecia entender como coerente com as leis da física e a sua teoria da relatividade, sendo que, em qualquer

caso as visões religiosa e científica comportam perspetivas sobre um mesmo Universo, da origem ao presente, perspetivando o futuro e representando visões complementares pelo que não necessariamente antagónicas.

..., funcionado como interface entre o humano e o artificial, mas que, como entidade de mediação experimental e gere formas de conhecimento, sendo implicitamente “construtor de experiências” com capacidade de “moldar” entendimentos e “influenciar” decisões.

Mas a visão bíblica da “criação da Luz” e a “criação da vida humana” com capacidade para discernir, viabiliza o entendimento de que a criação divina introduziu implicitamente um grau de indeterminismo, ou seja, Deus não controla todos os dados. Dito de outra forma, tudo foi feito e era “bom”, mas a sua completude foi sendo determinada pelas leis da natureza e pela capacidade e discernimento humano, sendo que esta assunção não abarca a totalidade do indeterminismo e da aleatoriedade, porque o Universo engloba uma lógica de evolução, criatividade, que a capacidade humana ainda não consegue enquadrar.

Discernimento, como característica humana, significa capacidade para decidir tendo por base a consciência, experiência e os valores morais e humanos da sociedade e assumindo que a decisão implica responsabilidade, mas também, de acordo com Michael Foucault (1926-1984), capacidade de leitura sobre as

relações associadas às decisões, em particular as com implicações no poder, qualquer que seja o âmbito e o contexto. A visão religiosa e científica de indeterminismo, no sentido aqui expresso, não têm o mesmo significado, mas a referência serve para expressar que quer a ciência quer a religião são processos em aprofundamento sobre a natureza, a matéria e a pessoa humana e os seus contextos. Este jogo de palavras entre Deus e dados, determinismo e indeterminismo, capacidade para discernir e aprender, tem por objetivo trazer ao discurso o impacto de dados e algoritmos sobre as pessoas e as sociedades, ou seja, discutir o impacto da Inteligência Artificial (IA) e das possibilidades abertas por esta na criação de ferramentas e sistemas que estão a transformar, a reconstruir, o nosso “mundo”, ao interagirem quotidianamente sobre a nossa maneira de discernir e ao produzirem sistemas e algoritmos que alteram o modo como os humanos constroem, moldam e controlam o presente e o futuro na sociedade, nos negócios, na política e no ambiente.

Talvez, como advoga Raymond Kurzweil, estejamos no limiar de um ponto de descontinuidade, com algoritmos de IA a terem capacidade de produzirem novos algoritmos, com complexidade e profundidade tecnológica crescente, sem supervisão humana direta, sendo que, a partir desse ponto, todas as lógicas e fundamentos dos modelos económicos e societários entram num novo contexto onde as anteriores realidades deixam de ser válidas.

IA e discernimento

A evolução humana e das sociedades criadas pelo ser humano são o resultado da cooperação entre pessoas em todas as etapas críticas do ciclo de vida – da reprodução, à recolha e produção de alimentos, da segurança à preservação. Mas as sociedades humanas sempre competiram com o ambiente, com outros

animais ou com outras sociedades, pelo que a competição é um traço determinante e explicativo da evolução. Competição que em muitos casos significou decisão e discernimento sobre qualificação do grau de risco e seleção das alternativas mais favoráveis, o que passou, em muitos casos, por alianças e a criação de redes sociais, humanas, suportadas em partilhas, em matrimónios ou em cedência de valores, morais ou materiais.

O contexto presente da IA e das muitas ferramentas nele suportadas procura reproduzir algumas das estruturas essenciais ao relacionamento humano, funcionado como interface entre o humano e o artificial, mas que, como entidade de mediação experimenta e gere formas de conhecimento, sendo implicitamente “construtor de experiências” com capacidade de “moldar” entendimentos e “influenciar” decisões.

Também para os algoritmos de IA, discernir significa aconselhar/decidir sobre objetivos ou meios a utilizar com base em análise estatística sobre comportamentos, mas, sem ponderação emocional e com o objetivo de maximizar a função-objetivo, ou seja, a IA não tem capacidade para discernir no sentido humano, mas apenas para simular o processo, podendo ser um apoio importante para o discernimento humano.

Plataformas não são serpentes encantatórias que hipnotizam os utilizadores

A IA não é um “agente do mal” nem “uma serpente encantatória” que hipnotiza os seus utilizadores – para usar algumas das expressões que lhe têm sido aplicadas –, mas as diversas aplicações e plataformas têm a capacidade de reter a nossa atenção, mesmo que numa parte significativa das situações nada de relevante esteja a ser transmitido. Visto de forma integrada com o modelo de sociedade do sec. XXI, apressado e onde muita coisa acontece ou chega ao nosso conhecimento em simultâneo, elas induzem uma noção de urgência mas também de efémero e de volátil, que nos conduz a um estilo de vida acelerado do ponto de vista relacional, emocional, social e mesmo alimentar ou de prazer.

Tudo é cada vez mais rápido, temporário e descartável. Este comportamento social decorrente do mundo informacional não é novo, mas as capacidades apor-

tadas pela IA vieram amplificar os seus efeitos. Em ambiente profissional somos, em média, interrompidos a cada 2 minutos por *e-mails* ou mensagens oriundas de plataformas com informações, sugestões, recomendações ou comentários. A concentração associada à função de discernimento fica necessariamente comprometida, porque a vida e a morte acontecem em tempo real, assim como a guerra ou a paz, sendo que o resgate de um gato ou o comentário de um *influencer* parecem ter o mesmo peso informativo que um assalto à mão armada, uma declaração de guerra ou uma descoberta científica.

Tudo é cada vez mais rápido, temporário e descartável. Este comportamento social decorrente do mundo informacional não é novo, mas as capacidades aportadas pela IA vieram amplificar os seus efeitos. (...)
A concentração associada à função de discernimento fica necessariamente comprometida...

Os elevados volumes de informação que circulam e chegam a nós, muitas vezes contraditórios, criam um sentimento de indiferença, e mesmo rejeição, de tudo o que não tenha uma origem pré-determinada ou não esteja alinhada com as nossas ideias, o que cria e/ou aprofunda preconceitos e sectarismos. A nossa atenção, já de si seletiva, aprofunda essa distorção. Mesmo os sistemas de difusão de informações (jornais, televisões ou plataformas digitais) como plataformas de intermediação são, em muitos momentos, difusores de ideias e visões parciais, nomeadamente porque retiradas do contexto e mesmo preconceituosas. Mas os utilizadores, todos nós, não somos passivos nem inocentes e veiculamos muita informação irrelevante, desnecessária e mesmo falsa, quer seja por ausência de critério, por ignorância ou por maldade. Porém, importa ter presente que idiotice,

ignorância, estupidez e maldade sempre fizeram parte da natureza humana e não são uma “invenção” das redes sociais e da sociedade da informação. Estas apenas difundem e tornam mais explícitas essas características.

Importa aqui recordar que, segundo as leis de Claude Shannon (1916-2001), todos os canais de comunicação estão sujeitos ao ruído (literal ou metafórico) inerente ao canal e à capacidade e qualidade do emissor e do recetor (contexto, cultura e literacia). Neste sentido o que se reescreve, retransmite ou se redireciona, muitas vezes com comentários associados, comporta inevitavelmente algum “ruído”, no sentido de alteração da mensagem ou do seu contexto original, induzindo, criando ou distorcendo imagens e entendimentos.

IA e aceleração do tempo

A IA e as ferramentas e sistemas suportados nessa tecnologia não apenas alimentam essa noção de urgência, mas criam a mesma. No contexto social, os exemplos são transversais ao ciclo de vida, permitindo constatar que namoramos menos e utilizamos mais *websites* de encontros, casamos menos e divorciamos-nos mais, cozinhamos menos e consumimos mais comida pronta e muitas vezes “rápida” e que, em particular nas sociedades mais “tecnológicas”, somos mais materialistas e menos “espirituais” porque optamos pelo que nos transmite mais satisfação imediata. Neste sentido falamos e convivemos menos e utilizamos mais *chats*, mensagens e redes sociais, lemos menos jornais e procuramos mais informação em *websites* de notícias ou esperamos mesmo que estes nos informem e afastamo-nos mais de uma consciência humana sobre a vida e os factos relevantes da mesma. Frequentemente, delegamos em sistemas cada dia mais autónomos e “inteligentes”, esse entendimento quer isso signifique, por exemplo, o que decidimos sobre e a quem vamos apoiar/ajudar, em que contexto e porquê. Mas a IA também pode aumentar a nossa capacidade cognitiva, na medida em que reduz tempos de pesquisa de informação, explicita padrões, simula cenários e induz caminhos, o que gera uma sensação de aceleração da capacidade de decisão aumentando a autossatisfação.

Contudo, ao sermos “inundados” de informação e de opiniões dos mais diversos



tipos de “especialistas”, que assimilamos muitas vezes sem sentido crítico, podemos estar a perder capacidade para discernir de forma autónoma entre verdade e não-verdade ou entre o bem e o mal, na medida em que o tempo, que muitas vezes consumimos com temas irrelevantes ou desprovidos de qualquer valor, não é utilizado para entender as diferentes narrativas e as suas motivações.

A aceleração de todo o processo informacional/decisional retira tempo de análise, assimilação crítica e conversão em conhecimento, levando a que, por facilidade e sentido prático, se aceitem as interpretações propagadas por plataformas de difusão da informação. A sociedade parece, desta forma, estar a atribuir aos algoritmos de IA capacidades que não possui, como consciência, valores morais ou inteligência, confundindo-os com capacidade de cálculo e velocidade de processamento de altos volumes de dados de acordo com modelos matemáticos e, nesse sentido, assumindo as suas interpretações e conclusões como verdades absolutas.

Os cientistas sociais estudam o impacto de toda esta nova parafernália tecnológica sobre os comportamentos humanos que, em casos extremos, têm conduzido a situações trágicas. As guerras do presente mostram uma face complementar desta realidade, com seleção de alvos, humanos ou materiais, a serem “decididos” por sistemas automáticos, mesmo que seja com decisão final humana. Aliás, uma das fronteiras do conhecimento passa pelo entendimento e forma de solucionar o constrangimento da decisão humana face a uma “recomendação ou indução” oriunda de um sistema automático, suportado em milhões de dados e informações, quer essa recomendação esteja no domínio da guerra, do social ou da saúde. A máquina “omnipresente” condiciona com a sua “sabedoria” o decisor humano e induz uma tendência para a validação automática. Importa, no entanto, salientar que a indicação dos objetivos é de responsabilidade humana, quer estes sejam a eliminação física de pessoas ou de outra natureza.

A IA, cada vez mais sofisticada e complexa, induz experiências “humanas” tendencialmente pouco balizadas por uma cultura e, menos ainda, por uma visão sobre valores. Os algoritmos podem entender o sentido das emoções, mas não as

sabem gerir, apesar de as poderem criar; ainda não realimentam comportamentos e reações, mas assumem de forma objetiva terem a capacidade para recomendar ou propor decisões em regra isentas de avaliação entre o bem e o mal ou entre o justo e o injusto, e que podem não estar de acordo com os valores de uma sociedade ou com o contexto explícito.

A sociedade parece, desta forma, estar a atribuir aos algoritmos de IA capacidades que não possui, como consciência, valores morais ou inteligência, confundindo-os com capacidade de cálculo e velocidade de processamento de altos volumes de dados

A IA pode, se devidamente ensinada e treinada, simular emoções, mas não consegue entender e gerar estados emocionais, sendo que a inteligência humana comporta a dimensão racional, filosófica/religiosa e emocional – o que a torna mais difícil de reproduzir.

A forma como os algoritmos analisam os nossos comportamentos digitais e a partir destes constroem perfis comportamentais, políticos, económicos, educacionais e psicológicos – para além de puderem saber onde estamos, com quem estamos e o que fazemos – gera um substrato de conhecimento individual e coletivo que permite a manipulação, quer a partir das notícias e informações que nos são canalizadas, quer pelas narrativas e opções que nos apresentam. Estas podem gerar empatias, antagonismos, raiva, frustração, euforia ou outros sentimentos ainda mais extremos, os quais podem estar fora do que entendemos como racional e consciente.

Por outro lado, a IA representa uma evolução importante para o conhecimento científico e aporta uma dimensão significativa de valor para as empresas e para as pessoas, na medida em que permite melhor entender os factos e os contextos e, desta forma, melhorar a capacidade de decisão. As críticas e os riscos identifica-

dos são consequência da excelência da tecnologia, sendo que todas as inovações têm um “custo” implícito.

Traços da história da IA

O objetivo dos algoritmos de IA é simularem “inteligência”, ou seja, manifestarem capacidades lógicas e dedutivas que se associam ao cérebro humano. A inteligência é um conceito com muitas interpretações, em parte dependentes da evolução do conhecimento científico sobre o próprio cérebro e o seu funcionamento, que ainda não é exaustivo. A investigação em IA, ou seja, a procura do paradigma que torna os computadores capazes de “emular” o cérebro humano, tem já várias décadas e centrou-se inicialmente nos EUA e na União Europeia. O termo Inteligência Artificial reporta-se a 1956 e ao *Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence*.

Em qualquer caso, os algoritmos de IA são funções matemáticas, complexas, que emulam comportamentos e capacidades de decisão, operacionalizadas em algoritmos, suportados na análise dos bancos de dados disponíveis, de onde identificam e extraem padrões – quer o objetivo seja discernir entre um cão e um gato, entre perfis anatómicos de humanos ou identificar uma pessoa ou um objeto.

Os primeiros produtos de IA foram chamados de “motores de regras”. Na prática os algoritmos não eram mais que transposições (codificação) de regras de comportamento/conhecimento que os especialistas disponibilizavam. Foi assim que foram programados os algoritmos que jogam xadrez e ganham mesmo aos melhores especialistas humanos. Nestes casos, os algoritmos foram programados transmitindo-se-lhes as regras do jogo e todas as jogadas possíveis, a partir de cada situação de jogo. Nesta fase, a IA pouco mais fazia do que desempenhar funções de forma exaustiva e rápida.

A evolução seguinte da IA foram as chamadas “redes neuronais”, onde são transmitidas e “ensinadas” aos algoritmos as regras de funcionamento do sistema em causa. As redes neuronais possuem a “inteligência” para, com base nas regras do sistema, pensarem os movimentos, avaliarem possíveis respostas e decidirem, para cada situação, as jogadas seguintes. Passada esta fase inicial – motores de regras e redes neuronais –, a IA

entrou na fase de tratamento massivo de dados como fulcro da aprendizagem. O nível de profundidade tecnológica dos algoritmos criou tipologias de soluções que começaram a integrar produtos concretos.

O início da IA em aplicações de contacto direto com o público apareceu como motor de recomendações. Nesta situação, o objetivo prendeu-se com a capacidade de os algoritmos apreenderem com as preferências manifestadas nas diferentes seleções que fazemos em sites ou em aplicações, e materializa-se na capacidade de selecionar e disponibilizar conteúdos em função dessas preferências. Daqui resultaram, também, implementações de sistemas que geram *fakenews* (falsidades) ou mesmo *deepfakes* (manipulação de imagens), que deturpam notícias, denigrem personalidades e destroem imagens de pessoas ou empresas e outras instituições – mas a grande maioria faz apenas sugestões e recomendações em matérias como a restauração, compras ou viagens e são úteis como tal. O passo seguinte passou pela utilização da IA como algoritmo funcional, ou seja, passando pela exploração da velocidade e capacidade de análise de grandes quantidades de informação e tomada de decisão no contexto empresarial, político ou de segurança.

A evolução científica/tecnológica seguinte representa um passo importante na medida em que permitiu aos algoritmos reconhecerem padrões. A capacidade de análise e reconhecimento, pelos algoritmos, de padrões por análise sistemática

de objetos (fotografias, rostos humanos ou sons) começou a fazer a ponte entre o mundo real e o mundo digital. A identificação de pessoas e o processamento e reconhecimento da voz fazem parte deste tipo de funcionalidades. Uma evolução particularmente relevante prende-se com a melhoria da capacidade de análise de imagens e as chamadas redes neuronais convulsionais, em que os algoritmos começam a emular as funções da visão.

O avanço da IA tem trazido à tona discussões profundas sobre o papel do discernimento humano e a importância de integrar valores fundamentais nos processos algorítmicos.

A chamada “IA global” reside na integração das vagas tecnológicas anteriores, ou seja, na produção de sistemas que olham, veem, “sentem” e interagem com o mundo físico. Os sistemas que integram robôs e desempenham diferentes tipos de atividades, mas com capacidades ainda limitadas face ao potencial, são a imagem dessa evolução. Os modelos matemáticos designados por LLM – *Large Language Models* suportam a IA generativa (como o ChatGPT e outros), aprofundam a capacidade de interação com os humanos e expandem as utilizações quer civis quer militares. Maior

complexidade e profundidade de análise comporta funções mais complexas de ajuda à decisão humana, mas também cada vez menos participação de humanos nas fases fundamentais dos processos de decisão.

O avanço da IA tem trazido à tona discussões profundas sobre o papel do discernimento humano e a importância de integrar valores fundamentais nos processos algorítmicos. Enquanto a IA evolui em rapidez e complexidade, permanece o desafio de garantir que as suas aplicações estão alinhadas com princípios éticos e morais, refletindo o melhor da e para a humanidade.

O futuro da IA depende da convivência harmoniosa entre inovação e humanidade

O discernimento humano e a adesão a valores éticos são indispensáveis para que a inteligência artificial contribua positivamente para a sociedade. O futuro da IA depende da capacidade de as pessoas e as empresas exercerem um julgamento crítico e de adotarem os comportamentos e medidas necessárias para manterem a tecnologia ao serviço da sociedade, promovendo uma convivência harmoniosa entre inovação e humanidade. Depende, igualmente, da forma como os humanos conviverem com uma tecnologia progressivamente intrusiva e com maior poder para condicionar e limitar as nossas capacidades autónomas, na medida em que as funcionalidades e serviços irão aumentar de forma exponencial, facilitando tarefas, automatizando processos, analisando factos, fazendo recomendações e assumindo decisões, mas também, controlando os comportamentos, influenciando os entendimentos, vigiando a sociedade e, direta ou indiretamente, limitando as liberdades.

A história humana mostra o caminho e as dificuldades dos seres humanos para serem determinantes do seu destino, mas essa capacidade proporcionou o desenvolvimento de máquinas que podem, potencialmente, trazer retrocesso nessa evolução. Até porque nem sempre a manutenção dos princípios que balizaram a construção das sociedades são compatíveis com análises financeiras, questões de concorrência ou objetivos políticos, militares ou de segurança.

Os dados são fundamentais para a maturidade dos algoritmos quer na fase de

SÍNTESE

O discernimento é uma característica essencial que permite ao ser humano analisar situações, ponderar consequências e tomar decisões informadas, formadas, quer pela razão quer pela emoção. No contexto da IA, essa capacidade humana torna-se ainda mais relevante, pois as máquinas, por mais sofisticadas que sejam, operam com base em algoritmos e dados, carecendo do julgamento ético, implícito ou explícito, que lhe é estranho, porque inerente ao ser humano.

Cabe, pois às empresas que desenvolvem as novas versões e gerações da IA, definirem os limites, orientarem o desenvolvimento tecnológico e garantirem que cada inovação respeite valores como justiça, privacidade, responsabilidade e empatia – mas os contextos financeiro, político e geopolítico onde as empresas se inserem determinam, mais do que as razões éticas ou morais, os limites do desenvolvimento e da utilização.

Seguir valores humanos no desenvolvimento e implementação de sistemas de IA é um exercício contínuo de reflexão e responsabilidade. É necessário questionar não apenas o que a tecnologia pode fazer, mas também o que não pode e não deve fazer, assim como onde e como pode ser utilizada. A transparência nos processos, o respeito pela diversidade e pela dignidade humana, bem como o compromisso com o bem-estar coletivo, são princípios que devem nortear cada decisão relacionada com a IA.



“aprendizagem” quer como elementos fulcrais a partir dos quais se retiram padrões e analisam comportamentos, que influenciam a tomada de decisão ou a recomendação de atuação. O volume de dados e a diversidade e amplitude dos mesmos são, pois, determinantes para uma recomendação mais fundamentada. Os algoritmos de análise de dados, utilizados para suporte às tomadas de decisão, reprogramam-se de forma a serem cada dia mais eficientes e consequentemente, mais decisivos, constituindo-se como a próxima fronteira técnico/científica, que nos domínios éticos e humanos irão colocar novos e mais complexos desafios. Voltando ao início, Deus pode não jogar aos dados ou com os dados, apenas os “podendo influenciar” com base na dimensão espiritual da humanidade crente, porque os dados são resultado da ação e decisão humana; e mesmo esses são por vezes falsos, pelo que, por maior que seja o volume utilizado, podem sempre comportar enviesamentos, falsidades ou sobrevalorização de algum tipo de critério, decorrente das bases de recolha e validação – e essa “anomalia” induzir decisões e/ou recomendações não adequadas a uma decisão ajustada à situação ou aos princípios associados à mesma. Em qualquer circunstância, a recolha e validação dos dados, assim como a construção dos algoritmos na sua crescente complexidade, são decisões decorrentes da ação humana e da sua capacidade para discernir, pelo menos até ao momento em que os algoritmos passem a desenhar e construir os novos algoritmos, tornando-se autónomos e potencialmente passem a condicionar, de forma significativa, o comportamento humano. Nesse caso, nem Deus poderá jogar ou influenciar os dados, porque estes passarão a ser maioritariamente determinados pelos sistemas.

O que queremos delegar e quanto da nossa autonomia estamos preparados para abdicar

O papel do discernimento humano, neste contexto, dependerá de como os algoritmos se autoconstruírem e evoluírem, mas igualmente da forma como os humanos mantiverem, reforçarem e reconstruírem uma literacia formal e cognitiva em função do impacto da IA na capacidade humana para pensar, perceber, interpretar, assimilar e discernir.

Talvez algumas das perguntas fundamentais passem por saber quanto queremos delegar nos sistemas ou de quanto da nossa autonomia estamos preparados para abdicar. Todos os sistemas, mais ou menos inteligentes, podem ser utilizados para praticar o bem ou o mal, sendo os seres humanos que os criam e desenvolvem responsáveis pelos mesmos, pelo que também a IA pode ser orientada não apenas para controlar e centralizar, mas para apoiar a decisão evitando ou minimizando decisões erradas. O principal risco que corremos enquanto humanos, face à preponderância, rapidez e detalhe da resposta algorítmica, é a perda de autonomia epistémica, associada à perda de capacidade para formular perguntas por perda de sensibilidade ao contexto e esvaziamento da intuição moral. Tudo isto pode conduzir a uma potencialmente devastadora dependência cognitiva.

Os algoritmos de análise de dados, utilizados para suporte às tomadas de decisão, reprogramam-se de forma a serem cada dia mais eficientes e consequentemente, mais decisivos, constituindo-se como a próxima fronteira técnico/científica, que nos domínios éticos e humanos irão colocar novos e mais complexos desafios.

No entanto, acreditamos, a IA não poderá “apropriar-se” da capacidade humana de imaginar, sonhar, discernir e idealizar o futuro, também no sentido espiritual do termo, porque se assim fosse, a ideia de que o homem criou a máquina que o irá submeter e quem sabe, “colonizar”, implicaria admitir como possível uma capacidade tecnológica com poderes e capacidades “supra-humanas”. A inovação é um processo imparável, mas o foco na regulação parece ser “sonhar em parar o vento com as mãos”. A sociedade tem de encontrar os limites e os domínios onde a tecnologia da IA não pode penetrar e esses devem estar blindados, porque nem a inovação nem os interesses privados são mais importantes que a humanidade. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.23>

Nota

¹ Tradução livre do original: “I, at any rate, am convinced that He does not throw dice”.

Referências

- Innerarity, D. (2021), *Uma Teoria da Democracia Complexa*. Lisboa: Bertrand.
- Kakutani, M. (2018), *A Morte da Verdade: A falsidade na Era de Trump*. Lisboa: Editorial Presença.
- Scharre, P. (2023), *Four Battlegrounds: Power in the Age of Artificial Intelligence*. New York: W. W. Norton & Company.
- Suleyman, M. (2023), *The Coming Wave: Technology, Power, And The Twenty-First Century's Greatest Dilemma*. New York: Crown.